

## Editorial

Neste número a *Revista de Sociologia e Política* apresenta o dossiê “Crime, segurança e instituições estatais: problemas e perspectivas”, organizado por Maria Victoria Pita (Universidade de Buenos Aires (UBA)), Marcos César Alvarez (Universidade de São Paulo (USP)) e Marcelo da Silveira Campos (USP). Composto cuidadosamente nos últimos dois anos, esse dossiê é um importante resultado de colaborações científicas entre pesquisadores brasileiros e argentinos, a respeito de um tema que tem ganhado grande destaque público nos últimas décadas.

Na seção de artigos variados, apresentamos cinco textos. O primeiro, de Tereza Ventura, considera as idéias de A. Honneth sobre a luta pelo reconhecimento para abordar o tema do desrespeito público. Em seguida, Rogério Bezerra da Silva e Renato Dagnino investigam a constituição do Pólo e Parque de Alta Tecnologia de Campinas como uma política pública e, dessa forma, refletem a respeito das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação.

Os três artigos seguintes expõem resultados de pesquisas empíricas. Eduardo Meira Zauli investiga como é que as comissões parlamentares de inquérito lidam com e realizam a judicialização da política e, inversamente, a politização do poder Judiciário. Por seu turno, Vera Viviane Schmidt examina como é que os partidos políticos lidaram com (e implementaram) o modelo administrativo das organizações sociais. Finalmente, Frédéric Louault trata de como políticos gaúchos filiados ao Partido dos Trabalhadores lidam com as derrotas eleitorais ao longo de suas carreiras.

Na seção de textos fundamentais, trazemos a lume a tradução do clássico artigo de Peter Bachrach e Morton Baratz, “Two Faces of Power”, sob o título “Duas faces do poder”. Originalmente publicado em 1962 na *American Political Science Review*, de acordo com essa revista de longe ele é o mais citado artigo da *Amer. Polit. Scien. Rev.*, tendo tido até 2005 quase 550 citações. (Para efeitos comparativos: o segundo artigo mais citado, “Political Parties and Macroeconomic Policy”, de Douglas A. Hibbs Jr., saído em 1971 na mesma revista, teve até 2005 pouco menos de 500 citações.)

Na seção de ensaios bibliográficos, dois textos. O primeiro, de Joaquin Gomez, integra na prática o dossiê temático “Crime, segurança e instituições estatais: problemas e perspectivas” e discute a literatura etnológica que aborda a delinquência social. O segundo artigo, da autoria de Adriano Codato, revisa a literatura explicativa dos departamentos administrativos estaduais, vigentes durante o Estado Novo (1937-1945).

\* \* \*

Ao criar em 2009 a seção de “Ensaio bibliográfico”, a *Revista de Sociologia e Política* procurou renovar a tradição nacional de exame crítico de literaturas específicas nas grandes áreas de Ciência Política e Sociologia Política. Todavia, é evidente que essa é uma proposta isolada no universo acadêmico e editorial do país: a “evidência” disso é a diminuta oferta de artigos que se enquadrem em nossa política editorial, mesmo que por solicitação dos editores. Por outro lado, uma

possibilidade sempre existente é a de coincidência temática entre o dossiê e um dos ensaios bibliográficos: como se vê neste número, um dos ensaios integra a coletânea de artigos sobre violência e criminalidade.

Mudando de tema: nos últimos anos tem-se falado bastante em “internacionalização” das Ciências Sociais brasileiras, especialmente da parte das grandes agências de fomento à pesquisa (em particular, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)). Como já comentamos em outros editoriais, o conteúdo específico dessa internacionalização está em grande medida indeterminado; ou melhor, estava: ao longo do ano de 2011 consolidou-se a idéia de que a internacionalização consiste em tornar mais visível no exterior a ciência produzida no país. De maneira bastante pragmática, essa concepção resulta em que os resultados de pesquisas brasileiras devem ser publicados em outros países e, ainda mais, que devem ser vertidos em inglês, a fim de tornarem-se universalmente lidos e compreendidos.

Sensível a essa necessidade, a *Revista de Sociologia e Política* adotou em 2011 o inglês como língua oficial. Todavia, a internacionalização da ciência brasileira apresenta aspectos mais amplos – e mais amplamente politizados – que a versão de suas pesquisas em inglês. Há algumas áreas científicas que têm maior facilidade para essa “tradução”: os formalismos matemáticos, por exemplo, facilitam tremendamente que matemáticos, astrônomos, físicos e químicos escrevam diretamente em inglês, simplesmente porque a língua materna é mais ou menos secundária em relação ao formalismo matemático.

Já no caso das Ciências Sociais (e, de maneira mais ampla, das Ciências Humanas e das Humanidades), o formalismo ocupa espaço restrito, de modo que textos, isto é, discursos estruturados são mais importantes. Aí a língua não é mero veículo, mas o próprio instrumento de trabalho e não é indiferente a língua em que são vertidos os textos.

Há pelo menos dois outros aspectos adicionais.

Por um lado, o incentivo à escrita em inglês não pode implicar a negligência no ensino de português – quando menos porque, como se sabe, as taxas de analfabetismo e de iliteracia no país são altas.

Por outro lado, há o tema da relevância internacional da pesquisa brasileira, algo que apresenta fortes elementos de geopolítica. Embora a ciência pautar-se por um princípio e um ideal de universalismo, muitas vezes esses princípio e ideal são utilizados para mascarar atitudes etnocêntricas; em termos práticos, isso significa que em outros centros de investigação a ciência brasileira não seria efetivamente científica, por não ser praticada nos “verdadeiros” centros de ciência, a saber, Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. De maneira similar, é necessário lembrar que muito do que se produz no Brasil refere-se especificamente ao Brasil; por vezes é possível um diálogo com estrangeiros, mas nem sempre isso ocorre. Exemplos: o “presidencialismo de coalizão” brasileiro pode integrar pesquisas internacionais de política comparada, mas a formação cultural do estado do Paraná é de escassa relevância para estadunidenses e europeus, para dizer o mínimo (comentários semelhantes poderiam ser feitos para outras áreas científicas, como a das “*Tropical diseases*” já indica explicitamente.)

Essas reflexões sugerem que o Brasil deve adotar convictamente uma política de internacionalização de sua produção científica, mas sem ingenuidade ou inocência. Em outras palavras, sem que isso signifique a desvalorização da sua própria língua e do esforço contínuo e crescente no combate ao analfabetismo e em favor do letramento universal e, claro, das pesquisas cuja relevância é especificamente nacional. A ciência é e deve ser universal; os seus resultados devem ser partilhados por todos os povos e indivíduos do mundo, mas não podemos esquecer que a ciência deve ser aplicada e que suas aplicações são sempre locais.

\* \* \*

*A Revista de Sociologia e Política* integra o Programa de Apoio a Periódicos da Universidade Federal do Paraná e conta com seu patrocínio, bem como do curso de Especialização em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição, além do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aos quais expressamos nossos sinceros agradecimentos.

*Gustavo Biscaia de Lacerda*  
*Editor*